



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 27/05/2024

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria Estadual de Cultura

No dia 27 de Maio de 2024, às 14h28min, no formato virtual, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Augusto Ferrer de Castro Melo, Bárbara Pereira Collier, Nivaldo Jorge da Silva, Marcelo Alexandre Balbino dos Santos, Carlos Eduardo Sales de Melo, Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa, Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva, Rafael Farias Almeida, Ana Paula de Santana, Wagner Staden de Vasconcelos Egito, Cleonice Maria dos Santos, Gilmar Correia da Silva, Roberto Gercino, Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo, Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano, Eduarda Borba Lagioia Lippo, Ianne Raíssa de Sousa Galvão, Rennan Mendes dos Santos, Lucas Fernando Barbosa Correia** e Conselheiras (os) Suplentes: **Gerlane Souza de Lima, Dayvton Diego Almeida, Maria da Conceição Cardoso da Silva, Renato Fonseca, Renan Cabral da Silva, Francisco de Assis do Nascimento e Roberto Azoubel da Mota Silveira.** Com **Pauta Única: APRESENTAÇÃO DO PAAR.** A presidente **Yasmim Neves**, a partir daquele momento, informou que a reunião estava sendo gravada para que todos ficassem cientes. Então, iniciou mais uma reunião extraordinária do CEPC no dia 27 de 2024, às 14h28. Passou a palavra para Amanda Caneiro, que fez a confirmação da presença dos conselheiros e conselheiras. Logo depois, Yasmim retomou a fala explicando a pauta única do dia. Yasmim Neves disse que a intenção daquela reunião era, enquanto Secult na pessoa de **Bárbara Santini**, apresentar aquele momento da PNAB, que eles construíram o **PAAR**, e fazer a validação dele juntamente com o conselho. Realizaram a validação do plano de ação, realizaram as escutas, consolidaram e tiveram alguns encontros com aquele conselho, e precisavam, então, trazer essa devolutiva para todos, mediante o que os conselheiros e a sociedade civil apontaram, para poder consolidar aquele documento e caminhar com o ministério. O prazo para todos os estados e municípios era até dia 31 de maio, assim conseguiriam adentrar naquele novo momento da política nacional para a cultura, que era a política nacional Aldir Blanc. Antes que esquecesse, pediu para que o link já fosse disponibilizado e reafirmou que todas as pessoas que entrassem deveriam se identificar, e como havia sido acordado em reunião anterior por aquele conselho, caso alguém não se identificasse e não conseguisse contato com essa pessoa, ela seria retirada da sala. Dito isto, Yasmim achou mais fácil passar primeiramente a palavra para Bárbara e, conversando, pediu aos conselheiros que tivessem dúvidas que anotassem, pois, posterior à apresentação, tentariam sanar todas. Informou também que, naquele dia,

havia o pessoal do mapa cultural e o pessoal da área fim entrando para acompanhar e poder ajudar no que fosse preciso, sanando qualquer tipo de dúvida que viesse a ocorrer mediante a apresentação. **Bárbara Santini** iniciou cumprimentando a todos e se apresentando como representante da Gerência de Planejamento Estratégico e Atração de Investimentos. Ela explicou que discutiriam o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) e buscariam validar com o conselho o que já havia sido montado pela secretaria para ser enviado ao ministério. Antes de abordar os detalhes do plano, faria uma retrospectiva dos pontos importantes. Bárbara mencionou que, em dezembro e janeiro, houve um reajuste no plano de ação, documento que contém todas as propostas, metas, ações e valores destinados a cada uma delas, conforme disponibilizado pelo ministério. Durante esse período, o grupo de trabalho interno elaborou o plano operativo após a aprovação do plano de ação, detalhando todas as etapas percorridas e a percorrer na PNAB. Esse plano foi apresentado ao conselho em uma reunião presencial. Ela continuou explicando que, após a apresentação do plano, realizaram escutas públicas, tanto online quanto presenciais, incluindo a participação do conselho. Com base nas contribuições recebidas, elaboraram o Plano Anual de Aplicação de Recursos. **Bárbara** detalhou que o PAAR é uma versão mais detalhada do plano de ação, especificando editais, obras, reformas e os valores destinados a cada contemplado. Informou que já haviam iniciado os trabalhos de projetos e elaboração de minutas de editais na secretaria. Concluiu afirmando que os objetivos do PAAR são detalhamentos do plano de ação, conforme o artigo 3º, parágrafo único, da Política Nacional Aldir Blanc, e que, após aquela etapa, seguiriam para a etapa 3.2. Seguiu com a apresentação (**anexo**). **Yasmim Neves** explicou que mediante todo o processo de escuta com a sociedade civil realizado através do relatório do formulário no mapa cultural, das escutas presenciais, das escutas online e das escutas realizadas pelo CEPC, elencou alguns pontos que a sociedade cultural pernambucana entendia como prioritários. Após esse momento, a Secult analisou o que poderia ser trazido para atender a esses pontos, quais editais e programas iniciariam a PNAB, ressaltando que se tratava de um plano de cinco anos, mas que estavam tratando apenas do ano de 2024. Ela apresentou como ficou a destinação dos recursos para o ano. Seguiu com a apresentação (**anexo**). **Rafael Farias** cumprimentou a todos e expressou sua satisfação por poder falar naquele momento sobre o avanço alcançado, atribuindo-o em grande parte à falta de operacionalização anterior, que ainda era um problema. Ele elogiou o Estado pela criação desse canal de diálogo, mas apontou alguns questionamentos. Primeiramente, mencionou o Edital de Brincadeiras Populares, destacando a importância de contemplar as quadrilhas juninas. Embora considerasse essencial, achou que a quantidade de contemplados era pequena, dado o grande número de quadrilhas cadastradas no estado. Criticou a ausência da palavra "quadrilha junina" no edital e sugeriu que fosse incluída, para que esses grupos se sentissem contemplados, assim como foi feito com o hip hop. Em seguida, levantou uma dúvida sobre o edital municipal, questionando se quem não havia prestado contas da Lei Aldir Blanc poderia submeter projetos agora. Disse que, no município, entenderam que não, mas ressaltou a importância de esclarecer essa questão para evitar dúvidas sobre a nova lei de fomento, que diferia da Lei Emergencial. **Yasmim Neves** explicou que o edital incluiria a especificidade da categoria Quadrilhas Juninas. Sobre a questão da prestação de contas, mencionou que havia um passivo, pois Pernambuco realizou Lab1 e Lab2, e estavam com a unidade de prestação de contas fazendo um levantamento e reavaliação para decidir se as pessoas que estavam em débito com Lab1 e Lab2 poderiam participar. Afirmou que isso também estaria descrito no edital. Disse que tinha um entendimento, enquanto Ana Paula tinha outro, e estavam tentando organizar isso de forma mais concreta. Além disso, estavam em diálogo com a procuradoria sobre as pessoas que não prestaram contas.

Cleonice Maria parabenizou a equipe, especialmente as mulheres que estavam na linha de frente da luta pela PNAB, reconhecendo os desafios enfrentados. Ela ressaltou que o conselho sempre procurava contribuir para evitar erros cometidos no passado, como na LPG, e acreditava que estavam agora no caminho certo com a nova lei de fomento, que percorreria cinco anos, ao contrário da lei emergencial anterior. Cleonice levantou uma dúvida sobre a questão do Cultura Viva, mencionando que não entendeu como ficou esse aspecto nos editais. Ela concordou com Rafael sobre a importância de incluir o nome das quadrilhas juninas no edital, assim como foi feito com o hip hop. Cleonice também perguntou se houve alguma avaliação sobre a sugestão de aumentar o valor destinado ao programa Cultura Viva em Pernambuco, já que, durante a escuta da sociedade, haviam sugerido um aumento, considerando que o valor determinado era o mínimo. Ela queria saber se essa sugestão foi considerada. **Yasmim Neves** explicou que a intenção era lançar editais para pontos e pontões de Cultura Viva, contemplando um total de 80 projetos, sendo 70 pontos e 10 pontões. Informou que o valor destinado ao Cultura Viva foi de 10%, totalizando R\$ 7.453.268,05. Esclareceu que, dentro dos editais, foram alcançadas as porcentagens máximas para os pontos e pontões, respeitando também as porcentagens mínimas necessárias. **Bárbara Collier** começou dizendo que achava o total destinado ainda pouco, apesar de reconhecer a importância da reparação histórica que estava sendo feita. Ela perguntou se os recursos mencionados para obras incluíam a aquisição de obras de arte para museus e acervos, ou se se referiam a obras de estrutura física. Bárbara destacou a importância dos museus para a memória e queria entender se havia possibilidade de aquisição de obras de arte e se isso estava contemplado no plano. **Yasmim Neves** explicou que os editais de fomento incluiriam diferentes faixas e categorias. No edital específico para museus e memória, haveria quatro faixas: requalificação e modernização de museus, museu e difusão cultural, ações de educação patrimonial, e inventário, catalogação e digitalização. No edital de economia criativa, haveria faixas para a aquisição de bens e serviços, com explicações detalhadas sobre os objetos e os candidatos elegíveis. Ela destacou que, para evitar confusões como as ocorridas na LPG, cada edital viria com um anexo explicativo detalhando suas especificidades, facilitando a comunicação e permitindo que os proponentes escolhessem o edital adequado para suas ideias. Complementou que não recordava exatamente quais obras teriam placas em 2024, mas reconheceu que o trabalho seria longo e desafiador. Por isso, optaram por focar mais nos eventos imediatos e adiar os investimentos nos equipamentos. Para o próximo ano, priorizariam os eventos, mantendo o objetivo de reorganizar os equipamentos para possibilitar exposições e atividades culturais. Este processo já estava em andamento, independente da PNAB, mas visavam integrar os espaços culturais à iniciativa. **Bárbara Santini** complementou algumas informações, explicando que durante uma apresentação no conselho, realizada em fevereiro ou março, foi mencionado que houve um aumento nos recursos. No entanto, devido à redução no orçamento para a PNAB em comparação com a LPG, foi necessário dividir os recursos entre diferentes áreas, como fomento, obras e custos operacionais, este último já com uma porcentagem fixa. Mesmo com um aumento para cerca de 57 milhões de reais, foi preciso distribuir de forma equitativa para contemplar o maior número possível de projetos. Bárbara ressaltou a importância de considerar o ranqueamento e o sistema de justificativas para essa distribuição, a fim de evitar interpretações equivocadas sobre a divisão dos recursos. **Bárbara Collier** enfrentou dificuldades com o edital técnico, pois teve dificuldade em entender todas as possibilidades apresentadas. Ela expressou preocupação sobre possíveis mudanças no texto que definiria quem seria considerado técnico e quem não seria. Bárbara mencionou casos em que pessoas com perfis profissionais semelhantes tiveram resultados distintos na seleção, e buscava compreender

como essa distinção seria feita. Considerando que esse edital era um dos maiores apóis de salvaguarda da cultura popular, ela desejava clarificar o que caracterizaria um perfil técnico em relação ao não técnico. **Yasmim Neves** explicou que os critérios para o edital de técnicos incluiriam aspectos profissionais e especializações, reconhecendo que o conceito de técnico era amplo. Ela mencionou que seria elaborada uma lista de profissionais que se encaixariam nesse perfil, levando em consideração as associações que regem esse tipo de trabalho. Yasmim compartilhou suas ressalvas sobre o processo de avaliação dos critérios do edital de técnicos, destacando a importância de tornar o processo mais transparente para identificar quem seriam os profissionais aptos a serem contemplados. Ela enfatizou a necessidade de ampliar o olhar além dos produtores, considerando também os trabalhadores que desempenham funções técnicas na cultura do Estado de Pernambuco. **Wagner Egito** parabenizou pelo trabalho realizado, mas ressaltou dois pontos durante sua intervenção. Primeiramente, ele mencionou a importância de potencializar os festivais, mostras e celebrações, destacando que, embora o valor do recurso tenha aumentado, o número de contemplados permaneceu baixo, o que tende a concentrar os recursos em alguns proponentes mais consagrados. Ele propôs a ampliação da quantidade de projetos contemplados para incluir mais festivais de diferentes portes. Wagner também concordou com a sugestão de Bárbara sobre a nomenclatura da categoria de técnicos e técnicas, propondo a inclusão da palavra "trabalhadores", para abranger uma variedade de profissionais na área técnica da cultura. Ele destacou a importância de definir os critérios e conceitos para os serviços culturais. **Yasmim Neves** explicou que nos editais de festivais, a faixa com a maior quantidade de propostas contempladas seria a faixa 1, considerando os valores diferenciados para esses projetos. Ela mencionou que a primeira faixa contemplaria mais projetos, com valores menores, direcionados a festivais de menor porte. Para os festivais de médio a grande porte, haveria outra faixa com valores mais altos, contemplando uma menor quantidade de projetos, visando a um balanceamento. Yasmim destacou a importância de incluir festivais, mostras e celebrações, além de um edital de multi linguagens, para abranger diversas formas de expressão cultural. Ela enfatizou a necessidade de estabelecer critérios que priorizem e atendam a diferentes linguagens e festivais, garantindo um equilíbrio. Yasmim mencionou a complexidade de ajustar os valores de acordo com as regiões e demandas específicas, mas ressaltou o compromisso de aumentar a quantidade de projetos contemplados em comparação com a LPG. **Francisco de Assis** fez duas observações durante a tarde. Primeiramente, ele expressou preocupação com o trabalho das equipes em Olinda e imaginou que o Estado também estivesse enfrentando desafios semelhantes, considerando a complexidade da cadeia produtiva cultural. Em relação à primeira observação, ele sugeriu que o foco em "mulheres negras e povos originários e quilombolas" poderia ser dividido em categorias mais específicas, como apenas mulheres negras, dada a significativa população quilombola e indígena em Pernambuco. Francisco também destacou a importância de considerar as comunidades ciganas, que somam mais de 30.000 pessoas em mais de 80 municípios do Estado, para evitar disparidades na interpretação dos critérios. Ele recomendou cuidado especial com os pontos de Cultura Viva, observando que alguns, incluindo os indígenas e quilombolas, podem enfrentar dificuldades para emitir certificados de regularidade fiscal, o que poderia impactar seu acesso aos editais. Francisco levantou a questão da política de compensação para garantir que esses pontos não sejam excluídos dos processos de financiamento cultural. **Yasmim Neves** registrou a necessidade de separar as mulheres dos povos tradicionais e originários, e isso será revisado em conjunto com a equipe. Ela também mencionou que o passivo do Cultura Viva está sendo tratado em colaboração com a Fundarpe. Houve conversas anteriores com alguns conselheiros sobre essa questão, e estão trabalhando para garantir

que esses pontos não sejam prejudicados no atual processo. Yasmim assegurou que estão lidando com as pendências dos pontos que não prestaram contas total ou parcialmente, em colaboração com a equipe de prestação de contas e o jurídico da Fundarpe. O objetivo é resolver esse passivo, que está sob a responsabilidade da Fundarpe, e garantir transparência para o Conselho e a sociedade civil. **Willyssys Wolfgang** expressou interesse em compreender melhor o processo de regionalização e se no documento apresentado constava a solicitação de regionalização do valor do recurso em vez do número de projetos. Ele também levantou a dúvida sobre possíveis impedimentos entre ser contemplado no Estado e no município. Além disso, solicitou que o documento apresentado fosse encaminhado novamente para uma revisão mais detalhada, pois algumas partes foram dinamicamente abordadas e ele não conseguiu acompanhar completamente. **Bárbara Santini** expressou sua opinião de que não haveria problema em ser contemplado tanto no município quanto no estado, pois os recursos são distintos. Ela se comprometeu a pesquisar mais sobre o assunto e buscar esclarecimentos junto ao ministério. Bárbara prometeu fornecer informações adicionais assim que obtivesse uma resposta do ministério. **Irene Veiga** explicou que ainda estavam trabalhando na plataforma do mapa cultural para configurar a divisão de recursos, mas não podiam prometer que isso seria concluído ainda este ano. Por isso, na primeira leva de editais, as reservas só poderiam ser configuradas pelo valor global. Ela garantiu que estavam empenhados em resolver essa questão com o suporte da Rack Lab, mas, devido à complexidade do desenvolvimento e testes necessários, não podia comprometer-se com datas no momento. **Willyssys Wolfgang** reconheceu a questão da sistematização do mapa cultural e enfatizou a importância de trabalhar com a PNAB para evitar problemas enfrentados durante a LPG. Ele destacou a necessidade de clareza na regionalização dos recursos, apontando que a falta de transparência sobre a distribuição por categoria gerou insatisfação e confusão entre os participantes. Wolfgang explicou que é crucial garantir que cada região receba uma porcentagem definida dos recursos em todas as categorias para evitar a exclusão de certas áreas, citando o exemplo da categoria de audiovisual na LPG, onde, apesar de haver aprovados no Sertão, nenhum foi contemplado. Ele elogiou o esforço da equipe e pediu que esse ponto fosse tratado com prioridade para evitar apagamentos e descontentamentos. **Irene Veiga** assegurou que a equipe está ciente e entende o posicionamento sobre a regionalização, e que já estão trabalhando nisso. No entanto, ela destacou a complexidade do processo, que exige desenvolvimento e pode não ser concluído dentro do prazo atual. Irene comprometeu-se a responder aos questionamentos e tornar o trabalho o mais transparente possível. Ela explicou que quanto menos a configuração se desvia das exigências da plataforma, mais auditável e transparente o processo se torna. Embora não possa garantir uma solução imediata, Irene garantiu que a equipe continuará se esforçando para resolver a questão o mais rapidamente possível. **Yasmim Neves** observou que, no processo de ranqueamento pelo valor global, é necessário considerar a distribuição das reservas de cotas, como pessoas negras, indígenas, PCD e ampla concorrência. Usando o edital de salvaguarda como exemplo, ela explicou que, ao contemplar 500 propostas, é preciso equilibrar a distribuição entre diferentes regiões, como a região metropolitana e a mata, para atingir as reservas mínimas. Yasmim destacou que esse estudo é essencial para garantir a quantidade exequível de contemplados e que o processo é dialogado, envolvendo discussões com gestores de outros estados. Ela mencionou que o Mapa Cultural será atualizado para melhorar o layout e facilitar o acesso. A plataforma Maxbot também será utilizada como um meio de comunicação único para a PNAB, visando dinamizar e centralizar as informações, evitando que proponentes enviem questionamentos para múltiplos e-mails. Yasmim finalizou ressaltando a importância do diálogo com o

conselho para sair da zona de conforto e melhorar a efetividade da entrega para a sociedade civil. **Bárbara Santini** trouxe a resposta de uma colaboradora do ministério, informando que não há impedimento para um proponente ser contemplado tanto pelo Estado quanto pelo Município, desde que o edital permita e que sejam projetos distintos ou complementares. **Cleonice Maria** enfatizou que é importante compreender a diferença entre as leis emergenciais, como a Aldir Blanc 1 e a LPG, e as atuais leis de fomento, que possuem objetivos distintos. Ela ressaltou que tanto o Estado quanto o Município terão recursos específicos para serem investidos no setor de fomento. Cleonice também expressou dúvidas sobre o valor global destinado aos Pontos e Pontões de Cultura. Ela questionou se já estava definido o valor individual para cada Ponto e Pontão e mencionou que achou o número de 10 Pontões elevado, considerando a demanda maior por Pontos de Cultura. Ela sugeriu reconsiderar essa quantidade. Além disso, Cleonice perguntou se os editais do Cultura Viva nesse primeiro momento focariam apenas em Pontos e Pontões de Cultura. Ela também apoiou a ideia de Chiquinho sobre a necessidade de um edital específico para mulheres negras, devido à alta demanda existente no Estado. Por fim, Cleonice mencionou a questão da inadimplência de muitos Pontos de Cultura e elogiou o esforço contínuo para que esses pontos não sejam prejudicados. Ela sugeriu uma averiguação para identificar quais pontos inadimplentes ainda estão ativos, o que ajudaria na distribuição dos recursos do edital. **Yasmim Neves** perguntou a Cleonice Maria, como representante dos Pontos de Cultura no conselho, se ela achava que a proposta de 10 Pontões e 70 Pontos de Cultura era excessiva. Ela explicou que cada Pontão receberia R\$ 149.000 e cada Ponto de Cultura, R\$ 85.000, baseando-se na divisão do valor total destinado. **Cleonice Maria** expressou incerteza sobre o valor que será destinado a cada Pontão e Ponto de Cultura. Ela destacou que Pernambuco tem uma dívida significativa com o programa Cultura Viva e que é hora de corrigir isso. Reconhecendo que a atual gestão não é culpada pela situação, ela enfatizou que a demanda por Pontos de Cultura é muito grande. Ela sugeriu que, para o primeiro edital, seria viável diminuir a quantidade de Pontões e aumentar a quantidade de Pontos de Cultura. Ela mencionou que o edital nacional para Cultura Viva propôs um Pontão por estado para permitir uma distribuição maior de Pontos. Cleonice argumentou que os Pontões deveriam existir em menor quantidade, servindo principalmente para fortalecer os Pontos de Cultura existentes nas regiões. Ela concluiu que toda rede de Pontos pode trabalhar melhor com um número maior de Pontos de Cultura, utilizando Pontões como distribuidores e fortalecedores das redes regionais. **Yasmim Neves** afirmou que verificaria a questão dos Pontões e dos Pontos de Cultura, considerando que 10 Pontões receberiam R\$ 149.000 cada, para um período de 12 meses. Ela mencionou que a equipe analisaria a situação para garantir a adequação dos valores antes de publicizá-los e encaminhá-los ao ministério. Além disso, Yasmim explicou que escolheram 10 Pontões porque, atualmente, existem apenas sete, e essa quantidade permitiria incluir outros que se regularizassem, atendendo tanto aos ativos quanto aos que precisam se regularizar. **Wagner Egito** reforçou a importância da regionalização, conforme mencionado por Wllyssys, destacando a necessidade de contemplar cada categoria de forma justa. Ele sugeriu uma discussão mais aprofundada sobre as cotas baseadas em quantidade de projetos versus recursos, argumentando que são necessários mais dados para determinar uma distribuição justa que atenda às necessidades de cada região. Wagner enfatizou que é crucial equilibrar a demanda cultural tanto no interior do Estado quanto nas diversas regiões da região metropolitana. Ele ressaltou a importância de desenvolver a cultura de forma igualitária e sugeriu que, durante a operacionalização, sejam incluídos indicadores para avaliar o programa ao longo de cinco anos. Wagner destacou a necessidade de monitorar os resultados em relação às metas iniciais, indicando que é essencial ter

indicadores de demanda, público alcançado, faixa etária, entre outros, para garantir que as políticas culturais realmente cheguem à sociedade e contribuam para a formação de um público cultural cada vez maior. **Yasmim Neves** mencionou que a questão dos indicadores já estava sendo abordada pelo Observatório, visando compreender quem são os agentes culturais e os usuários da cultura, com recortes de gênero, raça e aspectos econômicos. Ela agradeceu o lembrete e reforço sobre esse tema. Quanto à regionalização, Yasmim concordou que poderiam discutir a questão e sugeriu trazer o mapa para esse momento, buscando melhorar o processo como um todo, através do diálogo entre o Observatório e o grupo. **Rafael Farias** levantou algumas preocupações durante a reunião. Ele refletiu sobre o prazo para lançamento dos editais, considerando a complexidade operacional das leis emergenciais anteriores. Observou também o aumento no número de projetos, o que pode sobrecarregar o processo de análise. Ele expressou preocupação com a regionalização dos projetos, notando que a Região Metropolitana do Recife envia a maioria das propostas, enquanto outras regiões ficam sub-representadas. Rafael também questionou a origem dos pareceristas e destacou a importância de garantir que conheçam a realidade local. Por fim, questionou se haverá algum curso ou iniciativa para capacitar os interessados na elaboração de projetos específicos para a PNAB. **Yasmim Neves** apresentou um plano operativo detalhado durante a reunião. A intenção era lançar os editais o mais rápido possível para evitar contratemplos e oferecer prazos confortáveis para os fazedores de cultura e para a Secult. Em relação aos pareceristas, houve uma melhoria nos critérios de seleção, com os coordenadores dos editais supervisionando de perto. Eles contavam com cerca de 250 pareceristas credenciados para garantir a eficácia do processo. Para evitar problemas como os ocorridos na PNAB, estavam sendo implementadas medidas para identificar e minimizar fraudes desde o início do processo. Quanto à salvaguarda da cultura popular, estavam sendo explorados formatos mais acessíveis para os mestres e mestras, levando em conta suas dificuldades com o digital. Em relação à regionalização, estavam realizando uma busca ativa e estabelecendo parcerias para oferecer suporte e esclarecimento em todo o estado. Além disso, estavam planejando formações para garantir que todos entendessem a natureza de longo prazo da PNAB e as responsabilidades envolvidas na prestação de contas, visando uma entrega efetiva à sociedade civil. **Bárbara Santini** destacou que no início, o plano operativo apresentado já não refletia a realidade. Inicialmente, previam-se inscrições de 10/06 a 08/07, mas essa previsão mudou devido aos ajustes do Ministério para o PAAR. A necessidade de reavaliação do modelo e a estruturação do processo em conformidade com as diretrizes do Ministério acabaram por reestruturar o plano operativo. **Bárbara Collier** expressou sua gratidão no grupo, reconhecendo a melhoria no funcionamento do mapa cultural. Ela agradeceu a reunião para fazer esse reconhecimento, lembrando que muitos estavam céticos sobre seu funcionamento. No entanto, para surpresa de todos, o mapa não travou nos três últimos editais, o que levou Bárbara a parabenizar e reconhecer a equipe do governo responsável pelo mapa cultural. **Yasmim Neves** agradeceu e parabenizou Irene e a equipe do mapa cultural pelo trabalho árduo e contínuo de melhoria. Ela reconheceu a importância de mudar a data do evento Pernambuco Meu País para permitir a participação de todos. Além disso, destacou o cuidado em evitar o lançamento de editais de premiação fixa ao mesmo tempo que a PNAB, proporcionando um cronograma mais amplo para os fazedores de cultura. **Willyssys Wolfgang** enfatizou a importância de dialogar com os gestores municipais para alinhar as aprovações de projetos nos editais estaduais e municipais. Ele ressaltou que não se trata do mesmo projeto sendo aprovado em ambos, mas sim do mesmo proponente podendo ser aprovado em pelo menos um em cada um dos editais. Isso é crucial devido à complementação do recurso do estado no município. Ele mencionou a possibilidade de ajustar a nomenclatura

e destacou a importância desse diálogo para evitar desconexões entre Estado e Município. **Yasmim Neves** agradeceu e concordou com os pontos levantados por Wllyssys. Como representantes do Estado, reconheceram a necessidade de inclusão de proponentes e fazedores de cultura de todas as regiões, garantindo igualdade de oportunidades. Destacaram a importância de abordar questões como a PNAB e a participação ativa de diversas partes do estado, incluindo o sertão e Fernando de Noronha. Elogiaram o esforço de todos os envolvidos no processo e reforçaram a importância do diálogo com os municípios para uma colaboração mais eficaz. **Rafael Farias** lembrou a importância das contribuições dos conselheiros, destacando especialmente as do companheiro de Petrolina, que estava na outra ponta do estado. Ressaltou a relevância das reuniões descentralizadas que o governo havia prometido e que não ocorreram como planejado. Rafael sugeriu que fosse registrado em ata a importância do deslocamento do estado para essas regiões, a fim de ouvir diretamente as necessidades locais. Ele mencionou que, estando na entrada do Sertão e Petrolina sendo o final, era crucial que o estado escutasse todos os pontos para construir e avançar nas políticas culturais, garantindo que chegassem a todas as partes do estado de forma igualitária. **Yasmim Neves** disse que o assunto não estava esquecido. Explicou que, infelizmente, ainda não tinham recebido autorização e estavam em disputa com a Fazenda, a Seplag e outros órgãos, não apenas por essa questão, mas por várias outras. Garantiu que essa era uma prioridade e, assim que tivessem uma resposta, ela ou Amanda trariam a informação para reorganizar o momento em que precisariam alinhar com a perna. Afirmou que aguardavam uma devolutiva positiva e que o assunto não estava esquecido. O próximo passo seria a Casa dos Conselhos encaminhar a lista de presença e a gravação para Bárbara Santini e a gerência de planejamento, a fim de construir o documento final, encaminhar ao ministério, fazer as publicações necessárias e, enquanto Estado de Pernambuco, se fortalecer cada vez mais na política nacional Aldir Blanc. Ela também parabenizou e agradeceu ao Conselho Estadual de Política Cultural, afirmando que ninguém faz nada sozinho e que o conselho é o grande representante da sociedade. Reconheceu a importância das conselheiras e conselheiros eleitos para dialogar, defender e fiscalizar o trabalho da Secult como estruturadores da política cultural. Agradeceu à equipe da Secult presente, reconhecendo o árduo trabalho para construir políticas públicas mais efetivas e afetivas, abrangendo tanto a região metropolitana quanto o sertão e o agreste. Yasmim destacou que, enquanto membro da Secult, estava ali para contribuir com o que vinham construindo e enfatizou que estavam abertos para dialogar, construir juntos e tentar acertar cada vez mais. Nada, havendo a tratar, a presidente **Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano** agradeceu a presença de todos/as, pediu que todos os presentes abrissem a câmara para registrar em foto, por fim deu por encerrada a reunião e eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de achada conforme, serão assinados por mim e pelos (as) demais conselheiros (as) presentes na Reunião.

Amanda Carneiro (**Secretária**)

Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano (**Presidente**)

Augusto Ferrer de Castro Melo

Bárbara Pereira Collier

Nivaldo Jorge da Silva

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Carlos Eduardo Sales de Melo

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira

Rafael Farias Almeida

Ana Paula de Santana,

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos

Gilmar Correia da Silva

Roberto Gercino

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

Eduarda Borba Lagioia Lippo

Ianne Raíssa de Sousa Galvão

Rennan Mendes dos Santos

Lucas Fernando Barbosa Correia

Gerlane Souza de Lima

Dayvton Diego Almeida

Maria da Conceição Cardoso da Silva

Renato Fonseca

Renan Cabral da Silva

Francisco de Assis do Nascimento

Roberto Azoubel da Mota Silveira